

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : FS ()

DATA : 14 \$5 90

LASS. : DL

PG. : A-S

Organizações criticam plano do Banco Mundial

RICARDO ARNT

Da Reportagem Local

Quatorze entidades civis de Rondônia —sindicatos de trabalhadores rurais, grupos ambientalistas e indigenistas— enviaram cartas de protesto ao presidente do Banco Mundial, Barber Conable, 67. em Washington, criticando a falta de participação no planejamento do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planafloro), que o banco pretende financiar com um empréstimo de US\$ 230 milhões (cerca de Cr\$ 18 bilhões).

Um relatório do banco ("Country Department 1 Memorandum", de 26/1/1990) anuncia a participação de sindicatos, comunidades indígenas e seringueiros na discussão do plano. Mas algumas das entidades citadas não existem. Não existe o Sindicato dos Produtores Rurais de Rondônia. Não existe a Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé; houve, apenas, uma tentativa de fundá-la. O Sindicato dos Seringueiros de Guajará-Mirim não existe; existe, sim, uma Comissão Municipal de Seringueiros de Guajará-Mirim. Tampouco existe a Associação das Nações Indígenas de Rondônia; existe a União das Nações Indígenas, de Rondônia, que não foi consultada.

O documento do banco cita a participação da Associação dos Soldados da Borracha e Seringueiros de Rondônia na discussão do Planafloro, mas o grupo, fundado para reivindicar aposentadorias do Funrural, praticamente não congrega seringueiros na ativa e sim ex-soldados da borracha

dos anos 40. Por sua vez, a Federação de Agricultores de Rondônia, que enviou carta de apoio ao Planafloro, congrega os sindicato rurais patronais do Estado, quando os beneficiários nominais do Planafloro são colonos, seringueiros e índios.

O Planafloro visa ordenar o espaço físico de Rondônia de acordo com o zoneamento agroecológico (já concluído) e orientar o seu desenvolvimento. Divide as terras do Estado em seis zonas, específicas para desenvolvimento agrícola, extrativismo, preservação florestal e reservas indígenas, beneficiando, no papel, 2 mil seringueiros, 4 mil índios e 52 mil famílias de colonos.

Segundo a carta enviada ao banco pelo Instituto de Pré-História, Antropologia e Ecologia, um levantamento junto a entidades de Rondônia revelou que "realmente houve uma grande falta de participação efetiva de organizações não-governamentais durante o planejamento do Planafloro e, ao mesmo tempo, grande interesse por parte dessas entidades em discutir esse projeto". Para o grupo, há erros graves na formulação do plano e a população do Estado praticamente o desconhece. Entre as entidades que enviaram cartas de protesto ao Banco Mundial destacam-se: CUT, Comissão Pastoral da Terra, Ação Ecológica Vale do Guaporé, Conselho Indigenista Missionário, Centro de Educação e Alfabetização Popular de Porto Ve-lho, Centro de Estudos e de Pastoral de Migrantes e Articulação Central das Associações Rurais de Ajuda Mútua.

'Houve ampla participação'

Da Reportagem Local

O secretário de Meio Ambiente de Rondônia, Francisco Cruz, disse que o Planafloro foi elaborado depois de "ampla consulta à sociedade civil". Ele enviou à Folha cópias das cartas de entidades consultadas: a Associação dos Soldados da Borracha de Rondônia, Federação da Agricultura do Estado de Rondônia, Organização das Cooperativas do Estado de Rondônia, Cooperativa Mista Agropecuária de Cacoal e o índio

Nacoça Piú Cinta Larga.

O secretário também rejeita as insinuações de que o governo do Estado quer a aprovação imediata do Planafloro para usar os recursos na campanha eleitoral. Mas no dia 21 de março, o secretário de Governo, José Simão Costi Filho, e o coordenador da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-oste, Júlio Amaral Chaves, pediram, no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, em Brasília, a liberação do empréstimo de uma só vez. (RA)